

Alerta Legislação nº 27, de 01 a 06 jul. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Governo do Estado de São Paulo
<u>LEI Nº 17.957, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 1419/2023, da Deputada Paula da Bancada Feminista - PSOL) Institui o "Dia Estadual da Luta Contra as Mudanças Climáticas".
<u>LEI Nº 17.955, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 803/2023, da Deputada Solange Freitas - UNIÃO) Institui a "Semana de conscientização e prevenção ao câncer", a ser realizada, anualmente, na segunda semana de abril, nas comunidades.
Prefeitura de São Paulo
<u>LEI Nº 18.147, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 691/22, do Vereador Xexéu Tripoli - UNIÃO) Proíbe utilização de animais em atividades desportivas com emissão de <i>pouleis</i> de aposta em jogos de azar no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
05/07/2024	<u>DECRETO Nº 12.084, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Energia Limpa no Minha Casa, Minha Vida. (Publicado no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2024, Seção 1)

04/07/2024

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.238, DE 3 DE JULHO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.237, DE 3 DE JULHO DE 2024

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica.

DECRETO Nº 12.097, DE 3 DE JULHO DE 2024

Institui a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária.

DECRETO Nº 12.096, DE 3 DE JULHO DE 2024

Altera o [Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000](#), que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

DECRETO Nº 12.095, DE 3 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a antecipação parcial da segunda parcela de gratificação natalina e do décimo terceiro salário, relativos ao ano de 2024, aos servidores públicos, aos contratados por tempo determinado e aos empregados públicos em atividade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em exercício no Estado do Rio Grande do Sul, e aos aposentados e aos pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social da União, com residência no referido Estado.

DECRETO Nº 12.094, DE 3 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a celebração de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja membro, com o objetivo de aprimorar competências técnicas e incorporar conhecimentos, tecnologias e experiências na reconstrução da infraestrutura pública e privada, na mitigação dos danos e no enfrentamento das demais consequências no Estado do Rio Grande do Sul decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

DECRETO Nº 12.093, DE 3 DE JULHO DE 2024

Altera o [Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995](#), que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais.

DECRETO Nº 12.092, DE 3 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a Medalha Militar.

(...)

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Medalha Militar, criada pelo [Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901](#), destinada a reconhecer os bons serviços prestados pelos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em serviço ativo.

(...)

DECRETO Nº 12.091, DE 3 DE JULHO DE 2024

Institui a Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve.

DECRETO Nº 12.090, DE 3 DE JULHO DE 2024

	Altera o Decreto nº 11.722, de 28 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Concurso Público Nacional Unificado e institui seus órgãos de governança. <u>DECRETO Nº 12.089, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. <u>DECRETO Nº 12.088, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar. <u>DECRETO Nº 12.087, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui o Programa Nacional de Florestas Produtivas.
01/07/2024	<u>DECRETO Nº 12.084, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Institui o Programa Energia Limpa no Minha Casa, Minha Vida.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). <u>LEI Nº 14.913, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional. <u>LEI Nº 14.912, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos da automedicação. <u>LEI Nº 14.911, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para coibir a prática de intimidação sistemática (<i>bullying</i>) no esporte. <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados. <u>LEI Nº 14.910, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Declara o Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, como a "Suíça Brasileira". <u>LEI Nº 14.909, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Institui o Dia do Rei Pelé. (...) <i>Art. 1º Fica instituído o Dia do Rei Pelé, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de novembro, data em que marcou seu milésimo gol, no ano de 1969.</i>

	(...) <u>LEI Nº 14.908, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Institui o Dia Nacional do Policial Penal. (...) Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Policial Penal, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 4 de dezembro. (...) <u>LEI Nº 14.907, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Confere o título de Capital Nacional do Incentivo às Microempresas e Pequenas Empresas ao Município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro. <u>LEI Nº 14.905, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a <u>Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</u> (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros.
Atos do Senado Federal (SF)	<u>ATO Nº 11, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 413.999.250,00 (quatrocentos e treze milhões, novecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta reais) para remanejamento de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 144, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a Plataforma de Autocomposição Imediata e Final de Conflitos Administrativos-PACIFICA. CASA CIVIL (CCPR) → Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Define os produtos manufaturados que ficarão sujeitos à exigência de aquisição nacional nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, acompanhados dos critérios para caracterização da origem nacional. CONSELHO DA FEDERAÇÃO <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece a estratégia federativa para ampliar a adesão dos Municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece o Compromisso para o Federalismo Climático. <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 3 DE JULHO DE 2024</u>

	Estabelece premissas para a renegociação das dívidas dos Estados refinanciadas com a União. CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 307, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Opina pela qualificação do empreendimento ferroviário de passageiros Trem Intercidades - TIC Eixo Norte, localizado no Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 302, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Recomenda, para aprovação do Presidente da República, a exclusão da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP do Programa Nacional de Desestatização, bem como a revogação da sua qualificação no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
Ministério da Agricultura e Pecuária	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 697, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre o direcionamento e a contratação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, destinados ao financiamento da cafeicultura no Ano Safra 2024/2025.
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 136, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Homologa o tombamento do Conjunto da Estação Júlio Prestes, incluindo a Gare, Prédio da Estação e Prédio da Administração, situados no município de São Paulo, no estado de São Paulo.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 3.275, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o registro das obrigações pecuniárias em situação irregular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), no âmbito do Ministério da Defesa. <u>RESOLUÇÃO CONSUG-MD Nº 19, DE 20 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova a Diretriz para a estruturação do Potencial Estratégico de Defesa em torno de capacidades.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 614, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar estudos com vistas a subsidiar a implementação de política educacional voltada ao enfrentamento do <i>bullying</i>, do preconceito e da discriminação na educação, nos termos da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, do art. 146-A da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, do art. 8º, VIII e IX, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e da Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023. <u>PORTARIA Nº 611, DE 27 DE JUNHO DE 2024</u>

Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2024

PORTARIA Nº 610, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura - Enade das Licenciaturas, altera a [Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018](#), que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep referentes à avaliação de Instituições de Educação Superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes, e institui o novo ciclo avaliativo do Enade.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

PORTARIA CAPES Nº 205, DE 3 DE JULHO DE 2024

Define as denominações do Grande Prêmio CAPES de Tese 2024 em homenagem a cientistas ilustres.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)

PORTARIA Nº 276, DE 1º DE JULHO DE 2024

Altera a Portaria nº 181, de 15 de maio de 2024, que define o cronograma e os responsáveis pelas atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2024.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1º DE JULHO DE 2024

Aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão previstas no art. 14, § 1º, incisos I, IV e V, da [Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020](#), para aferição em 2024 e vigência, para fins de distribuição dos recursos da complementação do Valor Anual por Aluno (VAAR), no exercício de 2025.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI)

PORTARIA SECADI/MEC Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2024

Institui o Grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, com a finalidade discutir o estabelecimento de Diretrizes Nacionais para o Profissional de Apoio Escolar

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU)

RESOLUÇÃO CNRM Nº 2, DE 3 DE JULHO DE 2024 (*)

Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica para área de atuação em Neonatologia no Brasil.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 168, de 3-9-2021, Seção 1, págs. 49 e 50, com incorreção no original.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)

PORTARIA SERES/MEC Nº 294, DE 3 DE JULHO DE 2024

Altera a [Portaria MEC nº 2.164, de 27 de dezembro de 2023](#), que trata do calendário anual de abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios no Sistema e-MEC para 2024

GABINETE DO MINISTRO (GM)

PORTARIA MF Nº 1.104, DE 2 DE JULHO DE 2024

Altera, mediante remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II e V do [Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024](#), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024 e dá outras providências.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.153, DE 3 DE JULHO DE 2024

Define os encargos financeiros e limites de crédito para as linhas de crédito e programas de que trata o Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) e ajusta normas da Seção 4 (Metodologia de cálculo das Taxas de Juros do Crédito Rural - TCR) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural - MCR.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.156, DE 2 DE JULHO DE 2024

Altera a [Resolução CMN nº 5.140, de 5 de junho de 2024](#), que estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento disponibilizadas com recursos do superávit financeiro do Fundo Social.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.154, DE 2 DE JULHO DE 2024

Ajusta normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.152, DE 2 DE JULHO DE 2024

Ajusta normas na Seção 2 (Créditos de Custeio) do Capítulo 3 (Operações) do Manual de Crédito Rural - MCR.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.151, DE 2 DE JULHO DE 2024

Ajusta normas a serem aplicadas às operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.150, DE 2 DE JULHO DE 2024

Altera a denominação e ajusta normas do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural - MCR.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.149, DE 2 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre ajustes nas normas gerais do crédito rural e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.153, DE 3 DE JULHO DE 2024

Define os encargos financeiros e limites de crédito para as linhas de crédito e programas de que trata o Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) e ajusta normas da Seção 4 (Metodologia de cálculo das Taxas de Juros do Crédito Rural - TCR) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural - MCR.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.148, DE 28 DE JUNHO DE 2024

	Ajusta regras atinentes às alíquotas básicas de adicional para enquadramento de empreendimento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.147, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Ajusta regras aplicáveis à vedação ao enquadramento de empreendimento com perdas reincidentes no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA RFB Nº 435, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a participação de órgãos e entidades da administração pública no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado, por intermédio de módulo complementar do OEA-Integrado. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.199, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.179, de 5 de março de 2024, para dispor sobre os regimes especiais de tributação e pagamento unificado de tributos aplicáveis às incorporações imobiliárias e às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito dos Programas Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e Casa Verde e Amarela.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 4.677, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e conforme as informações do Processo nº 14021.129497/2023-16, resolve: <i>Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para o provimento de 260 (duzentos e sessenta) cargos no quadro de pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), conforme especificado no Anexo desta Portaria.</i>
Ministério da Previdência Social	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 49, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Disciplina a operacionalização do pedido de prorrogação de benefícios por incapacidade temporária. SECRETARIA DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL <u>SRGPS/MPS Nº 2.084, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece as condições para classificação das unidades de atendimento como de difícil provimento de peritos médicos ou com tempo de espera elevado para fins de aplicação da telemedicina nos exames médico-periciais. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC → Diretoria de Normas <u>PORTARIA PREVIC Nº 563, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a segmentação das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) para fins de supervisão, fiscalização e

	proporcionalidade regulatória e atualiza a lista para o exercício de 2025.
Ministério da Saúde	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS/ Nº 4.477, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre a utilização da assinatura eletrônica para a emissão de laudos de solicitação de autorização de internação hospitalar - AIH e de autorização de procedimentos ambulatoriais - APAC em suporte digital. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.434, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Homologa a adesão para recebimento do incentivo financeiro de custeio adicional mensal aos municípios com equipes de saúde integradas a programas de residência uniprofissional ou multiprofissional na Atenção Primária à Saúde. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.813, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Habilita Municípios ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio para a retomada das ações de saúde bucal em apoio ao Programa Saúde na Escola - PSE <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.811, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Altera o Anexo LXXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para estabelecer a gratuidade dos medicamentos do elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil para o tratamento de dislipidemia, rinite, doença de Parkinson, glaucoma. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.771, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o repasse dos recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional para o exercício de 2024. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.739, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de estratégia de vigilância de águas residuais para fins de detecção precoce de patógenos de interesse às emergências em saúde pública. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.722, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Institui o Grupo de Trabalho Ministerial sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA-IN Nº 306, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SECTICS Nº 7, DE 21 DE JUNHO DE 2024</u>

	Inclui procedimento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 638, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Institui a Comitê Extraordinário das Tomadas de Contas Especiais do Ministério das Cidades. <u>PORTARIA MCID Nº 630, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023. <u>PORTARIA MCID Nº 629, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Autoriza a contratação de proposta(s) de empreendimento(s) habitacional(is) enquadrada(s) e ratificada(s), nos termos da Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, que divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023. <u>PORTARIA MCID Nº 626, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Autoriza a contratação de proposta(s) de empreendimento(s) habitacional(is) enquadrada(s) e ratificada(s), nos termos da Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, que divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023.
Ministério de Minas e Energia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MME/MF Nº 1, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o art. 4º, caput, inciso I, da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e o art. 3º da Resolução CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 84/GM/MME, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2024. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

	→ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.096, DE 25 DE JUNHO DE 2024</u> Aprova os Submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDA Nº 31, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Institui o Selo Integração Sustentável da Agricultura Familiar - SEISAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 999, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Portaria MDS nº 985, de 17 de maio de 2024, estabelece medidas emergenciais para a gestão e operação do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disposto no artigo 6º F da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, destinadas aos municípios e ao Estado do Rio Grande do Sul - RS, em decorrência do Estado de Calamidade Pública, declarada por meio do Decreto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nº 57.596, de 1º de maio de 2024, e reconhecida sumariamente pela União por meio da Portaria nº 1.467, de 8 de maio de 2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou de situação de emergência. <u>PORTARIA MDS Nº 998, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre os agentes estruturadores de negócio e credenciamento de instituições ofertantes do Programa Acredita no Primeiro Passo. <u>PORTARIA MDS Nº 997, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências. (...) Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo, instituído pela Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. (...) SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 85, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece metas, limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão em municípios prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.096, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Fixar as Metas Institucionais Globais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, para o período de 1º de junho de 2024 a 31 de maio de 2025, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental-GDAEM. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 14, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Estabelece procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Área Alterada (PRAD) pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>PORTARIA ICMBIO Nº 2.028, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais - PAN Pequenos Mamíferos - Áreas Florestais (processo nº 02068.000063/2019-25).
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 206, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 433.043.117,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 211, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 390.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 207, DE 04 DE JULHO DE 2024</u> Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, em diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, e dos Anexos das <u>Medidas Provisórias nº 1.209, de 12 de março de 2024</u>, no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; <u>nº 1.214, de 29 de abril de 2024</u>, no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; e <u>nº 1.218, de 11 de maio de 2024</u>, no Ministério da Defesa, no valor de R\$ 795.490.989,00. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 204, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 695.163.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ministério do Trabalho e Emprego	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTE Nº 1.065, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 36 (NR-36) - Segurança e Saúde no Trabalho nas Organizações de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA <u>PORTARIA Nº 22, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Portaria nº 18, de 25 de abril de 2024, que dispôs sobre o monitoramento qualitativo do Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável - instituído pelo Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019 , previsto no art. 5º, Parágrafo Único da Portaria nº 2.469, de 23 de novembro de 2022.
Ministério dos Transportes	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 622, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética.
Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO → Departamento Do Meio Circulante <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 483, DE 2 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 108, de 19 de maio de 2021 , que estabelece procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa. ÁREA DE REGULAÇÃO → Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 485, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Divulga a categorização das instituições participantes do <i>Open Finance</i> e as faixas de patrimônio líquido que devem ser utilizadas no cálculo da contribuição para o custeio da Estrutura de Governança do <i>Open Finance</i> .
Controladoria-Geral da União	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 137, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece normas complementares para a prestação de contas prevista no art. 24 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 , que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-ELETROBRÁS.
Entidades de Fiscalização do Exercício das	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>RESOLUÇÃO COFEN Nº 757, DE 3 DE JULHO DE 2024</u>

Profissões Liberais	Incorpora na Resolução Cofen nº 556, de 23 de agosto de 2017, o Formulário de Atendimento do Enfermeiro Forense às pessoas em situação de violência sexual e outras, e dá providências.
Ministério Público da União	MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS → Coordenadorias das Promotorias de Justiça <u>PORTARIA Nº 1, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> Conversão do Procedimento Preparatório 08192.189474/2023-98 em Inquérito Civil Público. Tutela Coletiva - Direitos Difusos e Coletivos da Infância e Juventude - Conduta omissiva e comissiva consistente em propaganda e transporte irregular de eleitores votantes ao pleito de conselheiro tutelar do Distrito Federal, com violação às normas da <u>Resolução nº 106 de 1º de março de 2023</u> , publicada no DODF nº 42, de 02 de março de 2023, especialmente artigo 38 §§ 2º e 3º. Indícios de descumprimento dos princípios da impessoalidade, publicidade, moralidade e finalidade previstos no artigo 37 da <u>Constituição Federal</u> e não observância do artigo 139 §3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
03/07/2024	<u>LEI Nº 17.965, DE 02 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 572/2021, do Deputado Mauro Bragato – PSDB) Declara patrimônio cultural imaterial do Estado o “Comércio e as Iguarias do Mercado da Lapa”. <u>LEI Nº 17.961, DE 02 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 456/2019, do Deputado Sebastião Santos - PRB) Declara o Município de Colina como a “Capital Estadual do Cavalo”.
02/07/2024	<u>LEI Nº 17.957, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 1419/2023, da Deputada Paula da Bancada Feminista - PSOL) Institui o “Dia Estadual da Luta Contra as Mudanças Climáticas”. <u>LEI Nº 17.956, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 1019/2023, da Deputado Helinho Zanatta - PSD) Institui a “Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Vitiligo”, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 25 de junho. <u>LEI Nº 17.955, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de lei nº 803/2023, da Deputada Solange Freitas - UNIÃO) Institui a “Semana de conscientização e prevenção ao câncer”, a ser realizada, anualmente, na segunda semana de abril, nas comunidades. <u>DECRETO Nº 68.671, DE 1º DE JULHO DE 2024</u>

	Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975 .
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 50, DE 02 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SAA, os procedimentos a serem observados nas diferentes etapas do processo da Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais do Estado de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SEMIL Nº 2, DE 27 DE MAIO DE 2024</u> Institui Grupo de Trabalho para propor novas diretrizes técnicas e novo arranjo jurídico para o "Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde"
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº CC/SGGD/SFP-5, DE 01 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a fixação do Ajuste da Meta Global - AjusteMG e da Meta do Indicador Global - MIG da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1.059/2008, exercício 2024 <u>RESOLUÇÃO SFP-21, DE 04-07-2024</u> Divulga o valor da arrecadação líquida dos impostos estaduais e o Índice de Cumprimento de Metas - ICM, para fins de pagamento da Participação nos Resultados - PR, do 1º trimestre de 2024.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI) <u>COMUNICADO Nº 012, DE 24 DE JUNHO DE 2024</u> O Conselho Estadual do Idoso de São Paulo (CEI-SP), órgão permanente, autônomo, paritário e deliberativo responsável pelo acompanhamento e supervisão da Política da Pessoa Idosa no Estado de São Paulo, consoante deliberação de seu Plenário, em reunião Ordinária ocorrida em 24 de junho de 2024, torna público seu entendimento e providências cabíveis no caso de eventuais saques, transferências ou desvinculação de receitas dos fundos da pessoa idosa.
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC - 47, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece os procedimentos e as diretrizes referentes às edições do Programa de Intercâmbio "Prontos pro Mundo" para alunos do Ensino Médio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº CC/SGGD/SFP-5, DE 01 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a fixação do Ajuste da Meta Global - AjusteMG e da Meta do Indicador Global - MIG da Participação nos Resultados - PR, instituída pela [Lei Complementar nº 1.059/2008](#), exercício 2024

PORTARIA DGEP-06, DE 25-06-2024

Dispõe sobre o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, para fins do estabelecido no art. 16 da [LC 1.059/2009](#), alterado pela [LC 1.296/2017](#)

SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

→ **Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento**

→ → **Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida**

COMUNICADO DICAR Nº 50, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de junho de 2024

COMUNICADO DICAR Nº 49, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de ICMS

COMUNICADO DICAR Nº 48, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de ICMS

COMUNICADO DICAR Nº 47, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas

COMUNICADO DICAR Nº 46, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de Taxas.

COMUNICADO DICAR Nº 45, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD.

COMUNICADO DICAR Nº 44, DE 1 DE JULHO DE 2024

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31 de julho de 2024 para os débitos de ITCMD e de IPVA.

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

RESOLUÇÃO, DE 1 DE JULHO DE 2024

Estabelece procedimentos e prazos a serem observados na elaboração das propostas orçamentárias setoriais para o Projeto de Lei Orçamentária de 2025

SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

→ **Coordenadoria da Administração Financeira**

PORTARIA CAF-G Nº 00014, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

	O Coordenador da Coordenadoria da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JUNHO/2024, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 05-07-2024 – Celetistas, pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos órgãos e entidades do Poder Executivo, da Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 2º da Portaria CAF-G 00010 de 16 de junho de 2023. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 05-07-2024. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>PORTARIA ARTESP Nº 77, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Dispõe sobre os preços das passagens do serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros das linhas outorgadas pelo DER/SP e assumidas pela ARTESP. (...) Art. 1º - Ficam aprovados e aplicáveis a qualquer tipo de piso de rolamento da malha viária do Estado, os preços das passagens para o serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, de conformidade com os valores constantes dos Anexos I e II que integram a presente portaria. § 1º - Os preços constantes dos referidos Anexos constituem os valores máximos finais a serem pagos pelos passageiros, exceto nas linhas que tenham taxa de embarque em terminais rodoviários, seguro facultativo, pedágio, ou se utilizem de serviços de balsa. § 2º - As bases tarifárias foram reajustadas em 10,0% (dez por cento) tanto para os serviços de característica rodoviária quanto para os serviços de característica suburbana. (...) AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.535, DE 03 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre procedimento de fornecimento, intermediação, repasse e recebimento de informações relativas a consumo de água, para fins de execução de política pública de cobrança pelos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos (Processo SEI nº 133.00001740/2024-14).

Procuradoria Geral do Estado (PGE)	ÁREA DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL <u>PORTARIA SUBG-CTF Nº 2, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta a Resolução PGE nº 14, de 7 de maio de 2018, que dispõe sobre a interposição de recursos junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal – “lógica reversa”. CENTRO DE ESTUDOS (CEPGE) <u>COMUNICADO Nº 001, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> A Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos - Escola Superior da PGE COMUNICA que estão abertas inscrições para participação no 2º Curso de Inverno da PGE, a ser realizado no período de 07 a 09 de agosto de 2024, no auditório da sede da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (APESP), localizado na rua Tuim, 932, Moema, São Paulo-SP, conforme programação: (...)
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 167, DE 5 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 166, DE 5 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade – MAC, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS Nº 165, DE 5 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências decorrentes <u>RESOLUÇÃO SS Nº 164, DE 5 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 163, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa “Sorria São Paulo”, destinados ao financiamento para custeio das ações de saúde bucal realizados no âmbito da Atenção Primária para o exercício de 2024. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 162, DE 4 DE JULHO DE 2024</u>

Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa "Sorria São Paulo", destinados ao financiamento para custeio das ações de saúde bucal realizados no âmbito da Atenção Primária para o exercício de 2023.

RESOLUÇÃO SS Nº 161, DE 4 DE JULHO DE 2024

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Emendas Impositivas, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências decorrentes

RESOLUÇÃO SS Nº 158, DE 4 DE JULHO DE 2024

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO SS Nº 157, DE 4 DE JULHO DE 2024

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências decorrentes

RESOLUÇÃO SS Nº 156, DE 4 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a execução de emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual da União que acrescentam recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o incremento de Média e Alta Complexidade - MAC, e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS Nº 155, DE 3 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho e indicação de membros da equipe técnica de Saúde Mental, da Secretaria da Saúde, para elaboração de plano terapêutico individual para os indivíduos que se encontrem na Unidade Experimental de Saúde e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SS Nº 152, DE 1 DE JULHO DE 2024

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.

RESOLUÇÃO SS Nº 151, DE 1 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre o pagamento de valores complementares da produção de cirurgias eletivas, dos 54 procedimentos cirúrgicos eletivos prioritários, de média e alta complexidade realizados nos estabelecimentos de saúde que integram o SUS-SP.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 150, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Prorroga o prazo constante na Resolução SS nº 13, de 31 de janeiro de 2024, que dispõe sobre remuneração pela Tabela SUS Paulista, de que trata a Resolução SS nº 198, de 29 de dezembro de 2023, para entidades sob Intervenção Administrativa decretada pelo Município, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 149, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Transferências Voluntárias, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providências decorrentes COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 87/2024</u> A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP homologou ad referendum a relação de Emendas Parlamentares Federais, abaixo relacionadas: (...)
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP Nº 428, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> Altera a Deliberação CSDP nº 411, de 12 de maio de 2023, que dispõe sobre a indenização pecuniária por férias não gozadas a membros e servidores da Defensoria Pública.
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.875/2024-PGJ, DE 24 DE JUNHO DE 2024.</u> (SEI 29.0001.0076112.2024-08) "Fixa cargos de Analistas Jurídicos do Ministério Público, disciplina sua atuação e dá outras providências."
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
02/07/2024	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL A PROJETO DE LEI Nº 1022/2023, DE 1 DE JULHO DE 2024</u> São Paulo, na data da assinatura digital. <u>A-Nº 040/2024</u> (...) De origem parlamentar, a propositura busca declarar o Município de Boa Esperança do Sul a "Capital Estadual do Mel" (artigo 1º). <u>VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI Nº 803/2023, DE 1 DE JULHO DE 2024</u> São Paulo, na data da assinatura digital. <u>A-Nº 039/2024</u> (...)

	De iniciativa parlamentar, a medida objetiva instituir a "Semana de Conscientização e Prevenção ao Câncer", a ser celebrada, anualmente, na segunda semana de abril, nas comunidades
01/07/2024	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 514, DE 2024</u> Regulamenta o aporte de recursos financeiros estaduais para os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida situados no estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 510, DE 2024</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Urânia como de Interesse Turístico. <u>PROJETO DE LEI Nº 509, DE 2024</u> Institui o "Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua". <u>PROJETO DE LEI Nº 508, DE 2024</u> Institui o Programa de Acompanhamento Psicológico, Social e Jurídico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e seus familiares. <u>PROJETO DE LEI Nº 506, DE 2024</u> Dispõe sobre a vedação de tingimento de animais no Estado de São Paulo.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
05/07/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 38/2024</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNICA a expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2024 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas. Importante ressaltar que a fiscalização procederá o exame de cada caso, segundo sua motivação, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do ano de 2024. (...) <u>COMUNICADO SDG Nº 37/2024</u> O Tribunal de Contas do Estado, com fundamento na Lei Complementar nº 709, de 1993, e bem assim em seu Regimento Interno, renova o ALERTA já efetuado no COMUNICADO SDG 66/2023, publicado em 06/12/2023, sobre a vigência da Portaria FNDE nº 807 e da Portaria Conjunta FNDE/STN nº 3, de 29/12/2022, que trazem regras para disponibilização, distribuição e movimentação dos recursos do Fundeb, destacando que: a) Estado e Municípios deverão movimentar os recursos do Fundeb em contas correntes únicas e específicas, abertas e mantidas no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal;

	b) As excepcionalidades deverão cumprir o regramento consignado no §2º do art. 1º da Portaria nº 807, de 2022 do FNDE que, dentre elas, trouxe a exigência de contas correntes únicas e específicas do Fundeb em instituição financeira contratada ou que venha a ser contratada para viabilizar exclusivamente o pagamento de salários, de vencimentos e de benefícios de qualquer natureza aos profissionais da educação básica em efetivo exercício; c) Atenção ao art. 2º da Portaria FNDE nº 807, de 2022, no sentido de que a Secretaria de Educação ou o órgão equivalente gestor dos recursos da educação na respectiva esfera governamental, deverá ser o titular das contas únicas e específicas da conta do Fundeb; d) Atentar às vedações previstas no art. 5º, incisos e parágrafos da Portaria Conjunta FNDE/STN nº 3, de 2022, quanto a movimentação dos recursos das contas únicas e específicas do Fundeb. SDG, em 04 de julho de 2024. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
02/07/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 36/2024</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
05/07/2024	<u>DECRETO Nº 63.552, DE 4 DE JULHO DE 2024</u> Cria o Programa <i>Smart Sampa</i>, destinado a promover a adoção de soluções tecnológicas inovadoras e avançadas para a melhoria da gestão pública e o aprimoramento da segurança pública, forma e condições que especifica.
04/07/2024	<u>DECRETO Nº 63.551, DE 3 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil – CEI Ziraldo Alves Pinto, vinculado à Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, da Secretaria Municipal de Educação.
02/07/2024	<u>LEI Nº 18.148, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 57/22, da Vereadora Sandra Santana - MDB) Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Parceria e Cooperação visando o reúso de retalhos de tecidos e de outros produtos descartados pela produção têxtil, para a utilização em

	curso de qualificação e capacitação de munícipes de baixa renda ou vulnerabilidade social. <u>DECRETO Nº 63.548, DE 1º DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil - CEI Ruth Vidal da Silva Martins, vinculado à Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, da Secretaria Municipal de Educação.
01/07/2024	<u>LEI Nº 18.147, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 691/22, do Vereador Xexéu Tripoli - UNIÃO) Proíbe utilização de animais em atividades desportivas com emissão de <i>poules</i> de aposta em jogos de azar no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti

ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates

eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>